

Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas***

Um dos aspectos mais importantes da natureza de uma democracia é a ligação dos eleitores aos partidos políticos. Num ensaio recente sobre o estado dos partidos políticos na América, John Coleman (1996) defende que a questão-chave da política partidária passa pela capacidade dos partidos em mobilizar e integrar as massas no processo democrático. Os partidos não devem ser avaliados apenas pelas suas actividades organizacionais — se bem que estas sejam medidas importantes da política de base partidária —, mas pelos objectivos dessas actividades.

Uma importante medida da política partidária é a ligação do público aos partidos políticos. O conceito de identificação partidária foi pela primeira vez avançado por Angus Campbell e colegas (1960), convertendo-se rapidamente na base do nosso conhecimento sobre o comportamento político dos eleitores e cidadãos. O partidarismo concede estrutura e significado aos sistemas de crença individuais; proporciona um conjunto de percepções que ajudam os indivíduos a organizarem as complexidades da política. O partidarismo constitui também a heurística fundamental, já que funciona como uma estrutura de referência para a avaliação dos novos estímulos políticos — qual a posição que o *meu* partido

* Universidade da Califórnia, Irvine, EUA.

** Universidade Nacional da Austrália.

*** O presente estudo foi financiado pelo German Marshall Fund dos Estados Unidos e pelo Centre for German and European Studies da Universidade da Califórnia, Berkeley. Desejamos agradecer a vários colegas pela ajuda na recolha das séries de dados nacionais e pelas sugestões que nos deram durante a redacção do artigo: Clive Bean, Harold Clarke, Olafur Th. Hardarsson, Sören Holmberg, Michael Lewis-Beck, Helmut Prochart, Bradley Richardson, Risto Sänkiaho, Kaare Ström e Peter Ulram. Mark Gray deu-nos uma preciosa ajuda no tratamento dos dados empíricos que aqui apresentamos. Partes deste estudo surgem também em Dalton e Wattenberg (2000).

toma nesta questão — e para as escolhas políticas nos períodos eleitorais. As ligações partidárias são ainda um estímulo para o envolvimento do público em campanhas e eleições. A conceptualização da identificação partidária é talvez um dos desenvolvimentos mais significativos na investigação da opinião pública. Assim, os laços que o público estabelece com os partidos políticos medem a vitalidade do governo partidário, além de proporcionarem um contexto dentro do qual operam os partidos, os candidatos e os restantes actores políticos. Os comícios das campanhas, os panfletos de propaganda eleitoral e os contactos entre os funcionários dos partidos e o público constituem um meio para alcançar um fim. O fim é a obtenção de apoio público para o partido e de legitimidade para um sistema democrático de base partidária.

Começamos por passar em revista o debate sobre a natureza mutável da identificação partidária nas democracias industriais avançadas. Não obstante os muitos estudos realizados sobre o partidarismo, os estudiosos permanecem divididos quanto ao grau do declínio partidário. Assim, apresentamos no presente artigo os dados empíricos mais actualizados e completos sobre esta questão. Mediante o alargamento da amplitude espacial e temporal dos dados de anteriores investigações, procuraremos estabelecer em definitivo as mudanças gerais que se têm operado ao nível do partidarismo nas democracias da Europa ocidental. As nossas análises demonstram também que o declínio do partidarismo teve efeitos reais e substanciais sobre o comportamento político dos eleitores contemporâneos. Os resultados sugerem as consequências possíveis para as democracias europeias de um eleitorado cada vez mais desalinhado.

O PARTIDARISMO E O DEBATE DO DESALINHAMENTO

Dada a importância do partidarismo na literatura da ciência política, os primeiros sinais de enfraquecimento das ligações partidárias entre o público americano surpreenderam muitos dos estudiosos do campo eleitoral (Nie *et al.*, 1979; Converse, 1976). O declínio do partidarismo norte-americano foi muitas vezes associado a crises políticas excepcionais: os conflitos dos direitos civis, a guerra do Vietname e a agitação urbana. Contudo, em breve surgiu uma tendência similar na Grã-Bretanha e noutros sistemas partidários europeus (Dalton, Flanagan e Beck, 1984; Crewe e Denver, 1985). Um dos sinais de mudança era o padrão de crescente volatilidade partidária de eleição para eleição e a forma como a opção eleitoral se tornou mais desligada das habituais lealdades partidárias. Além disso, surgiram novos partidos políticos no palco eleitoral, desde os partidos Verdes e da Nova Esquerda nos anos 80 aos partidos da Nova Direita nos anos 90 (Mueller, Rommel e Pridham, 1991), e as dados demonstrativos provenientes das séries de inquéritos à opinião pública de diversas nações começaram a documentar o enfraquecimento das ligações partidárias entre os públicos contemporâneos (por exemplo, Franklin, 1992). Se o partidarismo era de facto a atitude política mais importante, estas ligações pareciam estar a sofrer uma erosão.

O enfraquecimento das ligações partidárias numa determinada nação (ou em meia dúzia de nações) pode ser explicado pelas circunstâncias políticas particulares dessa nação. O declínio do partidarismo britânico, por exemplo, foi muitas vezes associado às lutas económicas dos anos 70 e à ineficácia da resposta dos partidos a esses desafios. Contudo, se o mesmo padrão se verifica num grupo alargado de nações, somos forçados a examinar mudanças sociais mais amplas, capazes de influenciarem diversas democracias contemporâneas. As diferentes experiências nacionais de enfraquecimento dos laços partidários acabariam por ser alvo de uma generalização mediante a hipótese do *desalinhamento partidário* das sociedades industriais avançadas (Dalton, Flanagan e Beck, 1984). A tese do desalinhamento sustentava que os laços partidários sofriam uma erosão geral em consequência da modernização social e política, pelo que a maior parte das sociedades industriais avançadas deveriam experimentar uma tendência de desalinhamento.

A tese do desalinhamento sustenta que esta tendência se desenvolveu devido a uma combinação de factores individuais e sistémicos que estão a transformar as democracias industriais avançadas contemporâneas (v. Dalton e Wattenberg, 2000). Por exemplo, os crescentes níveis educacionais contribuíram para o aumento dos recursos cognitivos e políticos médios dos cidadãos, que se reflectem em crescentes níveis de interesse pelos assuntos públicos. Com mais informação política disponível a um eleitorado mais instruído, mais pessoas apresentam hoje o nível necessário de recursos e capacidades políticas para se tornarem politicamente auto-suficientes (Shiveley, 1979; Dalton, 1984). Mas verificam-se outras mudanças sistémicas que têm contribuído para o enfraquecimento do papel político dos partidos dentro do processo democrático. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a proliferação de grupos de interesse públicos entram em choque com a articulação de interesses e as funções informativas dos partidos políticos. Há indícios de que os meios de comunicação de massas estão a substituir os partidos enquanto fontes de informação política e, possivelmente, a reduzir o conteúdo partidário desta informação¹. Os próprios partidos também estão a mudar, adoptando novos métodos e novas formas institucionais, concedendo maior ênfase aos seus líderes e organizando campanhas menos dependentes dos membros partidários e do seu contacto pessoal directo com os cidadãos. Os próprios líderes, mais do que os partidos que lideram, são hoje muitas vezes o ponto central das campanhas eleitorais (McAllister, 1996).

¹ Assim como os meios de comunicação assumiram um papel informativo, uma miríade de grupos de interesses especiais e de *lobbies* de interesses exclusivos assumiu alguns dos papéis dos partidos na representação dos interesses públicos. Por vezes, estes grupos podem trabalhar com os partidos políticos, um padrão que se verificou anteriormente no caso dos trabalhadores, da classe empresarial e de outros grupos de interesses económicos. Contudo, é frequente que os grupos de interesses públicos e os grupos de interesses exclusivos exerçam pressão sem recorrerem aos canais partidários.

Inicialmente, muitos estudiosos contestaram a tese do desalinamento, apresentando críticas a dois níveis. Em primeiro lugar, havia desacordos quanto à legitimidade da avaliação das ligações partidárias com base em sondagens à opinião pública e à sua capacidade para documentar um padrão de diminuição do partidarismo ao longo do tempo (Zelle, 1995; Schmitt, 1989). Embora o enfraquecimento do partidarismo fosse aparente em algumas nações, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, os primeiros estudos comparativos de vários países não identificaram um padrão geral de declínio do partidarismo em todas as democracias europeias (Schmitt e Holmberg, 1995). Assim, numa revisão recente desta literatura, Thomas Poguntke conclui: «Os dados que analisei não apoiam generalizações sobre o declínio geral dos partidos e a emergência de um sentimento antipartidário nas democracias ocidentais» (Poguntke, 1996, p. 338).

Em segundo lugar, autores como Bartolini e Mair (1990) puseram em questão o facto de os padrões de comportamento eleitoral — como a volatilidade e a fragmentação partidárias — indicarem de facto um padrão de enfraquecimento dos laços partidários e de crescente desalinamento. É claramente difícil estabelecer com certeza, ao fim de um curto período de tempo, que os laços partidários estão em declínio, quando esta tendência se mistura com os padrões normais de mudança partidária entre os períodos eleitorais. A mudança na escolha partidária é um elemento regular do processo eleitoral, e os períodos de elevada volatilidade e fragmentação partidárias caracterizam as histórias eleitorais da maior parte das democracias. Bartolini e Mair foram com frequência bastante veementes na expressão das suas dúvidas de que os laços partidários estavam sistematicamente em mudança nas democracias avançadas. Por exemplo, Peter Mair (1993, p. 132) afirmou que os dados demonstrativos de enfraquecimento dos laços partidários são um mito: «O equilíbrio eleitoral actual não é substancialmente diferente do de há trinta anos e, no geral, os eleitorados de hoje não são mais voláteis do que os do passado.» Mesmo nos Estados Unidos, onde a massa de estudos eleitorais forneceu os mais fortes dados empíricos de enfraquecimento partidário, investigadores como Bruce Keith *et al.* (1992) defenderam que a ascensão de independentes representa uma mera mudança no modo como os eleitores se definem a si próprios, sem quaisquer consequências comportamentais reais.

Para contribuir para este debate, o presente artigo examina dados demonstrativos actuais do enfraquecimento dos laços partidários nas democracias desenvolvidas da Europa ocidental. A tese do desalinamento sustenta que estamos a assistir a *um amplo e contínuo declínio no papel dos partidos políticos face aos eleitores contemporâneos* — e não a uma diminuição temporária da satisfação do público com os partidos, como defenderam alguns autores. O desalinamento sugere também que novas formas de política democrática — como a expansão da democracia directa, a abertura de processos administrativos à participação do público e o aumento do recurso aos tribunais por grupos de cidadãos — irão desenvolver-se à medida que os cidadãos adoptam formas de acção não partidárias. A existir de facto, esta tendência de desalinamento comportará conse-

quências importantes. Examinar os dados demonstrativos do desalinhamento e considerar as suas consequências é o principal objectivo da análise que se segue.

MEDIR AS MUDANÇAS NO PARTIDARISMO

Numerosos estudos nacionais identificaram mudanças nas ligações aos partidos ao longo do tempo e existe uma extensa literatura especializada sobre o partidarismo na maior parte das democracias europeias. A primeira grande tentativa de medir as tendências do partidarismo em diversos países deve-se a Hermann Schmitt e Sören Holmberg (1995). Estes autores estudaram a evolução do partidarismo em treze nações europeias e nos Estados Unidos, e as suas descobertas apoiam a tese do desalinhamento, se bem que apresentem uma conclusão algo ambígua: «A existir uma tendência global no partidarismo da Europa ocidental, é de enfraquecimento dos laços partidários. Mas os desenvolvimentos específicos em cada país e em cada partido são tão variados que qualquer perspectiva ‘global’ geral dissimula, mais do que revela» (1995, p. 121).

Schmitt e Holmberg dispõem de uma impressionante quantidade de dados, que são, não obstante, limitados em muitos aspectos. Uma das limitações é a ênfase que os autores dão à análise empírica em detrimento do teste teórico. A tese do desalinhamento sustenta que nas democracias industriais avançadas as mudanças sociais de longo prazo minaram pelo menos parcialmente a necessidade política e cognitiva de identificação partidária. O teste desta hipótese deveria centrar-se em dados de partidarismo de longo prazo para um conjunto de democracias industriais avançadas estáveis.

Outro grupo de problemas diz respeito à metodologia. Schmitt e Holmberg apoiam-se nas sondagens do *Eurobarómetro* (EB) como fonte de dados exclusiva para oito das nações que analisam. A série de sondagens do *Eurobarómetro* começou apenas em meados dos anos 70, ou mais tarde, e ao longo do tempo têm-se registado mudanças significativas na forma da pergunta sobre o partidarismo. Além disso, Schmitt e Holmberg não dedicaram suficiente atenção às condições nacionais específicas que podem ter interagido com as forças de desalinhamento. Nas «novas» democracias, as ligações partidárias podem ter começado por aumentar até ao momento em que as forças do desalinhamento vieram contrabalançar o modelo de aprendizagem partidária (Converse, 1976)². Por exemplo, algumas das pesquisas sobre o partidarismo na Alemanha enfatizaram o desenvolvimento das ligações partidárias durante as décadas imediatamente posteriores à guerra (Baker *et al.*, 1981), mas depois o processo de desalinhamento provocaria a erosão desses laços (Dalton e Rohrschneider, 1990). O mesmo padrão pode ser observado em sistemas partidários recentes, como os da Espanha, Portugal e Grécia. Além disso,

² Schmitt e Holmberg (1995) são sensíveis a estas questões, analisando-as no apêndice metodológico; contudo, elas são consideradas no texto principal e não parecem influenciar as conclusões dos autores.

as democracias mais jovens apresentam em menor grau as características industriais avançadas que podem encorajar o desalinhamento. O campo mais fértil para o estudo do desalinhamento partidário são os sistemas partidários desenvolvidos ditos «imobilizados» em torno de clivagens estáveis durante os anos 60 e 70.

Finalmente, Schmitt e Holmberg são excessivamente cautelosos na interpretação dos seus próprios dados empíricos. Das 21 linhas de tendência que apresentam para a percentagem de eleitores com forte identificação partidária, 19 são negativas. Das 21 tendências para a percentagem total de eleitores com identificação partidária, 14 são negativas. É certo que muitos destes coeficientes negativos não são estatisticamente significativos, mas o número de pontos temporais do inquérito é, com frequência, muito restrito, e os autores não tomam em consideração os factores equívocos que referimos atrás. Assim, uma avaliação de que «a tendência é baixa em muitos países, *mas ...* [itálico nosso]» (p. 101) parece ficar aquém dos factos. Na realidade, uma teoria geral que funciona 80% das vezes num conjunto misto de casos parece ser bastante sólida.

O presente artigo desenvolve as análises de Schmitt e Holmberg sobre os sistemas partidários da Europa ocidental. Em primeiro lugar, sempre que possível, utilizamos séries de dados sobre eleições nacionais, já que estas representam a fonte de dados mais válida para cada nação³. Os estudos eleitorais nacionais utilizam normalmente uma melhor amostragem, tendem a incluir perguntas standardizadas sobre a identificação partidária e a recolha de dados é feita nos períodos eleitorais. Em segundo lugar, nos casos das democracias europeias desenvolvidas para as quais existem apenas os dados do *Eurobarómetro*, as análises cobrem um período de tempo mais alargado ao longo dos anos 90. Em terceiro lugar, incluímos diversas nações europeias que não integram a lista de Schmitt e Holmberg (Áustria, Finlândia, Islândia e Luxemburgo), mas não as novas democracias que emergiram durante os anos 70 e 80 (Grécia, Espanha e Portugal), já que, em nosso entender, estes novos sistemas partidários experimentam diferentes processos de desenvolvimento partidário à medida que ocorre a democratização.

O quadro n.º 1 emprega a metodologia de Schmitt e Holmberg de fazer uma regressão ao ano da sondagem relativamente a duas medidas de partidatismo: o *número total de eleitores com identificação partidária*, bem como o *número dos militantes partidários* para as catorze nações da Europa ocidental para as quais existem séries de dados longas relativamente completas, além dos

³ Em termos práticos, isto implica a utilização de dados individuais sobre as eleições nacionais, em vez dos *Eurobarómetros* para as diversas nações europeias. O maior problema na análise da série temporal do *Eurobarómetro* é a variação ao longo do tempo da forma da pergunta sobre a identificação partidária (por exemplo, Katz, 1985, e Schmitt, 1989). A utilização dos estudos eleitorais nacionais minimiza este problema, embora não o resolva inteiramente. A maior parte dos estudos eleitorais nacionais apresentam também uma série temporal mais longa do que os *Eurobarómetros*. Para comparação, actualizamos na nota 7 os resultados obtidos por Schmitt e Holmberg com base nos *Eurobarómetros* para estas nações.

Tendências da identificação partidária (IP) ao longo do tempo
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

Nação	IP	Eleitores com IP		Eleitores com forte IP			
		b	sig.	b	sig.	Período	(N pontos temporais)
Áustria	67	-1,120	0,00	-0,686	0,00	1969-1999	(10)
Bélgica*	50	0,039	0,85	-0,286	0,05	1975-1996	(21)
Grã-Bretanha	93	-0,189	0,01	-0,929	0,00	1964-1997	(9)
Dinamarca	52	0,001	0,95	-0,207	0,36	1971-1998	(9)
Finlândia	57	-0,293	0,49	-0,147	0,61	1975-1991	(4)
França*	59	-0,670	0,00	-0,316	0,04	1975-1996	(21)
Alemanha	78	-0,572	0,00	-0,573	0,00	1972-1998	(8)
Islândia	80	-0,750	0,08	-0,350	0,06	1983-1995	(4)
Irlanda*	61	-1,700	0,00	-0,807	0,00	1978-1996	(18)
Itália*	78	-1,300	0,00	-0,968	0,00	1978-1996	(18)
Luxemburgo*	61	-0,580	0,02	-0,386	0,00	1975-1996	(21)
Holanda	38	-0,329	0,13	-0,129	0,36	1971-1998	(9)
Noruega	66	-0,220	0,34	-0,280	0,18	1965-1993	(8)
Suécia	64	-0,733	0,00	-0,543	0,00	1968-1998	(11)
Estados Unidos	77	-0,370	0,00	-0,154	0,06	1952-2000	(12)

Nota: A primeira coluna, «IP», apresenta a percentagem média de eleitores que expressam uma identificação partidária nas duas primeiras sondagens de cada série.

Fonte: Os valores das nações assinaladas com asterisco são baseados em sondagens do *Eurobarómetro*; os valores das restantes nações são baseados nos respectivos estudos eleitorais nacionais.

Estados Unidos⁴. Embora o presente artigo se centre na experiência europeia, a inclusão do caso americano é importante, já que constitui um dos principais exemplos de desalinhamento apresentados na literatura teórica especializada, o que nos permite actualizar as análises de Schmitt e Holmberg, que também incluíram os Estados Unidos. Tanto quanto sabemos, o quadro apresenta todo o universo de dados longitudinais sobre o partidarismo para estas nações⁵.

⁴ Em Dalton e Wattenberg (2000) estão disponíveis dados para um conjunto suplementar de democracias industriais avançadas (Austrália, Canadá, Japão e Nova Zelândia). Cada uma destas nações adicionais segue também uma tendência de desalinhamento. As nações incluídas no quadro n.º 1 utilizam diferentes perguntas na sua abordagem das ligações partidárias, pelo que as estatísticas apresentadas no quadro não devem ser utilizadas para uma comparação directa entre os níveis e as taxas de mudanças do partidarismo nas diversas nações.

⁵ Há uma série de inquéritos nacionais suíços, mas o formato da pergunta sobre o partidarismo é variável, o que limita as possibilidades comparativas (Nabholz, 1998; Longchamp, 1991). Os dados empíricos franceses são talvez os mais controversos. As alterações no formato da pergunta sobre o partidarismo produziram resultados muito diferentes (v. Pierce, 1995, cap. 3, e Haegel, 1993). Se tentarmos a síntese destes dados demonstrativos contraditórios, observamos que o partidarismo parece ter-se desenvolvido durante os anos iniciais da V República, sofrendo depois uma erosão ao longo das duas últimas décadas. Contudo, devido às alterações no formato da pergunta nos inquéritos eleitorais nacionais, utilizamos os dados do *Eurobarómetro* para o caso francês.

A segunda coluna do quadro n.º 1 mostra a mudança *per annum* da percentagem de eleitores com identificação partidária em cada nação. Treze das quinze tendências são negativas; dez destes coeficientes são significativos ao nível 0,10, embora o número de casos seja bastante reduzido⁶. Por exemplo, o coeficiente -0,37 para os Estados Unidos significa que a percentagem de membros partidários diminuiu em cerca de 18 pontos ao longo dos 48 anos entre 1952 e 2000 (-0,37*48=18). A quarta coluna mostra as tendências temporais para a percentagem de eleitores com forte identificação partidária. Todos os coeficientes desta coluna são negativos, não obstante as diferenças de magnitude e de significado estatístico. A queda do partidarismo americano, britânico e sueco é desde há muito observada na literatura especializada, mas actualmente juntam-se a estas nações a maioria das outras democracias industriais avançadas⁷.

Os indícios de desalinhamento mostrados no quadro n.º 1 são mais fortes do que os resultados de Schmitt e Holmberg em parte devido à inclusão de quatro nações que aqueles autores não estudaram e onde o partidarismo está claramente a enfraquecer (Áustria, Finlândia, Luxemburgo e Islândia). Além disso, com a passagem do tempo, a tendência para o desalinhamento aumentou em diversas nações. Por exemplo, o partidarismo alemão diminuiu de modo mais acentuado nas eleições da década de 90, embora se tivessem verificado sinais iniciais de desalinhamento em eleições anteriores (Dalton e Rohrschneider, 1990). Na Grã-Bretanha e na Áustria, a tendência de desalinhamento também se tornou mais evidente durante os anos 90 (Crewe e Thomsen, 1999; Plasser *et al.*, 1996). Em suma, a consistência dos resultados é actualmente muito mais forte do que nas conclusões de Schmitt e Holmberg.

⁶ Schmitt e Holmberg seguem uma metodologia comum de computação do significado estatístico baseada apenas no número de pontos temporais do inquérito. De modo a reproduzir fielmente as suas análises, seguimos aqui a metodologia dos autores. Uma abordagem alternativa seria aglomerar os inquéritos e utilizar as amostras aglomeradas para averiguar se as mudanças são estatisticamente significativas ao longo do tempo (Dalton e Wattenberg, 2000, pp. 62-63). Obviamente, tais resultados aglomerados produzem mais facilmente tendências significativas; quando as diferenças entre pontos temporais são, em média, 3% ou 5%, isto é estatisticamente significativo ($p < 0,05$) com amostras mais amplas.

⁷ Para propósitos comparativos, actualizamos os resultados do *Eurobarómetro* apresentados em Schmitt e Holmberg (1995) de modo a incluírem pontos temporais de 1993-1996. Apresentamos em baixo os resultados (beta não standardizado) para a identificação partidária e os eleitores com forte identificação partidária em termos globais nas nações do *Eurobarómetro* incluídas no quadro n.º 1 cujos valores foram baseados em estudos eleitorais nacionais.

Nação	Percentagem de IP	Eleitores com forte IP
Grã-Bretanha (1978-1996)	-0,583	0,111
Dinamarca (1976-1996) . .	-0,094	-0,093
Alemanha (1975-1996) . .	-0,666	-0,400
Holanda (1975-1996) . . .	0,004	-0,358

Uma análise das aparentes anomalias poderá também ajudar-nos a compreender a amplitude do processo de desalinhamento. Os países que exibem os mais fracos sinais de desalinhamento ao longo do tempo são a Dinamarca e a Bélgica. É possível que nestes dois casos estejamos a iniciar a pesquisa numa fase demasiado tardia do processo de desalinhamento, negligenciando assim períodos anteriores de partidarismo mais estável. Nas eleições dinamarquesas dos anos 50 e 60 registou-se um forte voto baseado na classe social, e estes alinhamentos enfraqueceram com o tempo. O segundo ponto temporal dinamarquês é a eleição de realinhamento de 1973 (a que se chama muitas vezes «eleição terramoto»); a partir de então, os partidos dinamarqueses esforçaram-se por recuperar as perdas de membros que sofreram nessas eleições (Borre e Andersen, 1997). A política belga conheceu também um período de considerável mudança partidária associada à regionalização do sistema político, em grande medida anterior à série do *Eurobarómetro*. Assim, em ambas as nações a percentagem de membros partidários no início das séries de dados disponíveis é significativamente inferior à da maior parte das outras nações; é difícil identificar declínios posteriores no partidarismo quando a linha de base é inicialmente baixa. Contudo, mesmo nestas duas nações a força do partidarismo tem vindo a declinar.

Um maior cepticismo relativamente aos partidos políticos parece ser um desenvolvimento comum na maioria das democracias europeias, a par da erosão dos laços partidários. Por exemplo, as sondagens Enmid mostram que a percentagem de alemães que exprimem confiança nos partidos políticos decresceu de 43% em 1979 para apenas 26% em 1993 (Rieger, 1994, p. 462). Sondagens levadas a efeito na Alemanha e na Áustria revelam que a confiança pública nos partidos políticos é inferior à confiança numa série de diversas instituições sociais e políticas (IPOS, 1995; Plasser e Ulram, 1996, p. 35). Similarmente, a confiança dos britânicos nos partidos e nos políticos registou uma descida significativa (Webb, 1996; Curtice e Jowell, 1995). Há indícios similares de uma ampla insatisfação pública com os partidos políticos noruegueses e suecos (Ström e Svasand, 1997; Miller e Listhaug, 1990). De um modo mais geral, o *Eurobarómetro* do Outono de 1997 revelou que a confiança nos partidos políticos registava uma média de apenas 16% em toda a União Europeia, um valor muito inferior ao nível médio de confiança pública em quinze instituições sociais e políticas incluídas na sondagem. Perante este tipo de dados, poucos ou nenhuns estudiosos defendem actualmente que o apoio público aos partidos políticos e à estrutura do governo partidário está a aumentar nos seus países.

É certamente possível que estas tendências se invertam no futuro ou que o partidarismo aumente numa nova sondagem eleitoral. É igualmente possível que os políticos, à medida que forem tomando consciência destas tendências, reajam com políticas e iniciativas que visem renovar os laços com os seus antigos membros; noutros casos, um líder carismático ou uma intensa controvérsia política poderão mobilizar as ligações partidárias. Não obstante estas possíveis perturbações, suspeitamos de que a tendência de

declínio geral reflecte características estáveis e de longo prazo das sociedades industriais avançadas que encorajam a sua continuidade.

O IMPACTO DO DESALINHAMENTO SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL

O verdadeiro teste do desalinhamento partidário deve transcender as afirmações de ligação partidária nas sondagens à opinião pública, incidindo sobre o comportamento eleitoral observável. O partidarismo proporciona uma predisposição permanente que guia as preferências dos eleitores; rejeitando outras informações, os membros partidários devem votar pelo «seu» partido na convicção de que este e os seus candidatos representam melhor os seus interesses. A pesquisa baseada em inquéritos demonstrou repetidamente a existência de uma relação estreita entre o partidarismo e o comportamento eleitoral na maioria das eleições democráticas. Nos sistemas parlamentares, a relação é tipicamente muito forte (Holmberg, 1994) devido ao número limitado de cargos eleitos e aos elevados níveis de coesão partidária. Nos sistemas eleitorais com cargos múltiplos e opções eleitorais diversas, como os Estados Unidos e a Suíça, o partidarismo pode desempenhar um papel ainda mais importante na orientação de uma ampla variedade de opções eleitorais (Wattenberg, 1998).

Ao nível colectivo, a existência de fortes laços partidários pode funcionar como uma influência estabilizadora da política eleitoral. Philip Converse e Georges Dupeux (1962) defenderam que, quando os cidadãos se identificam com um dos partidos estabelecidos, o potencial para se sentirem atraídos por novos partidos e líderes demagógicos é consideravelmente menor. De facto, as eleições americanas demonstram geralmente que os candidatos presidenciais de terceiros partidos vão buscar o seu apoio, de modo desproporcional, às fileiras dos independentes, independentemente da ideologia política do candidato. Na Grã-Bretanha, o apoio aos liberais e seus sucessores é desproporcionalmente obtido de eleitores que carecem de ligações partidárias (Crewe e King, 1995). De um modo mais geral, a existência de laços partidários generalizados amortece o impacto dos acontecimentos políticos de curto prazo sobre os resultados eleitorais e limita a atracção eleitoral potencial de novos partidos e personalidades políticas. Assim, um vasto partidarismo entre o eleitorado funciona de forma a estabilizar os alinhamentos partidários e a enfraquecer as mudanças eleitorais súbitas.

PADRÕES DE VOLATILIDADE COM DADOS AGREGADOS

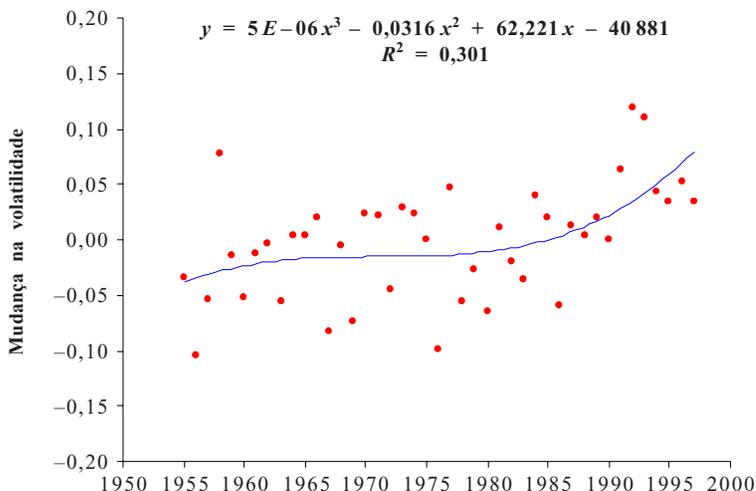
Um dos primeiros sinais de desalinhamento deverá ser um enfraquecimento da consistência partidária tanto ao nível micro como macro. Come-

çaremos por examinar as estatísticas eleitorais colectivas para as democracias ocidentais estabelecidas, analisando de seguida um amplo leque de dados de inquéritos disponíveis.

A mais simples medida da mudança eleitoral é a mudança média nas percentagens de votos que os partidos obtêm em eleições adjacentes⁸. Pesquisas anteriores revelaram alguns indícios da crescente volatilidade nas percentagens de votos dos partidos a partir de finais dos anos 70 (Dalton, Flanagan e Beck, 1984; Crewe e Denver, 1985; Pedersen, 1979)⁹. A figura n.º 1 apresenta o padrão de volatilidade colectiva para 18 democracias industriais avançadas ao longo de todo o período do pós-guerra. De modo a ilustrar melhor a tendência ao longo do tempo, cada valor representa a volatilidade média para todas as eleições celebradas nestas nações da OCDE em cada ano. Os valores de volatilidade são standardizados através da medição da mudança relativamente à volatilidade média nas duas primeiras eleições legislativas do pós-guerra para cada país individual.

Tendências da volatilidade eleitoral em dezoito democracias industriais avançadas, 1950-1997

[FIGURA N.º 1]



Nota: Os resultados referem-se a todas as eleições legislativas das nossas 18 principais democracias industriais avançadas desde a segunda eleição do pós-guerra até 1997. A figura representa a mudança de volatilidade relativamente à média das duas primeiras eleições de cada nação. A figura conjuga os dados nacionais por ano e representa depois a linha de tendência mais apta produzida mediante o programa *Curve Expert* 1.3.

Fonte: Mackie e Rose (1991), *Estudos Eleitorais* (1992-1997).

⁸ O índice de volatilidade é calculado como os ganhos de pontos percentuais totais para todos os partidos entre as duas eleições adjacentes, divididos por 2 (v. Pedersen, 1979).

⁹ Bartolini e Mair (1990) fizeram notar que a volatilidade era maior no período entre as guerras do que durante os anos mais estáveis do pós-guerra. Embora não contestemos esta

Os anos imediatamente a seguir à guerra foram um período de substancial volatilidade partidária em diversas nações, em grande medida devido às rupturas produzidas pela segunda guerra mundial e ao restabelecimento de muitos sistemas partidários. As mudanças intereleitorais no apoio partidário a nível agregado registaram um valor médio de 9.0% para as eleições dos anos 50. Na década de 60, a maioria dos sistemas partidários estabilizou e a volatilidade diminuiu em muitas nações. Depois, a partir de finais dos anos 70, a tendência começou a aumentar ligeiramente. Nos anos 90, as mudanças intereleitorais médias do apoio partidário tinham aumentado quase 10% relativamente aos valores iniciais do pós-guerra. A modelação linear desta tendência mostra uma forte e estatisticamente significativa tendência de crescente volatilidade ao longo do tempo.

O padrão global de crescente volatilidade surge também se repetirmos as análises dentro de cada nação europeia (Dalton e Wattenberg, 2000, p. 41). Todas as nações, com excepção da França, exibem uma volatilidade eleitoral crescente ao longo deste período de tempo. Na França, a tendência negativa ocorre porque o sistema partidário da IV República era extremamente fragmentado e a reestruturação do sistema partidário sob a V República conduziu a um decréscimo da volatilidade. Contudo, na maior parte das nações, a volatilidade cresceu ao longo da década de 90, ao passo que o partidarismo começou a decair. Nos anos 90, o valor da volatilidade média (12,6%) aumentou em quase metade do valor registado nos anos 50 (8,9%).

Uma vez que o partidarismo liga os eleitores ao seu partido preferido, a tendência de desalinhamento deveria permitir que um maior número de eleitores transferisse o seu apoio para outros concorrentes do sistema partidário. Os partidos estabelecidos podem sofrer uma fragmentação à medida que um eleitorado mais fluido se abre a novos apelos. Por exemplo, o colapso do sistema partidário italiano não só reflectiu o anterior enfraquecimento dos laços partidários, como também intensificou essa mesma tendência, permitindo a emergência de novos partidos, como o Forza Italia. A renovada atracção do Partido da Liberdade de Haider pode ser igualmente relacionada com um bem sucedido apelo aos eleitores flutuantes austríacos. Ao longo das duas décadas anteriores, a maioria dos sistemas partidários democráticos enfrentaram novos desafios políticos com a emergência dos partidos verdes, à esquerda, e dos partidos nacionalistas ou neoconservadores, à direita. A ascensão de novos partidos que se verifica por toda a Europa é uma consequência do desalinhamento partidário.

Os analistas eleitorais centram-se frequentemente nos padrões de uma única nação ou nas tendências de curto prazo nos destinos dos partidos. As mudanças significativas nos destinos dos partidos, como o colapso dos democratas-cris-

conclusão, ela não responde à questão fundamental que aqui nos ocupa, nomeadamente se os sistemas partidários mudaram relativamente aos seus padrões do pós-guerra. Além disso, estamos convictos de que a estimativa de Bartolini e Mair da volatilidade «interbloco» subestima de modo significativo o grau de mudança eleitoral histórica e contemporânea.

tãos na Itália ou a ascensão dos partidos da Nova Esquerda ou da Nova Direita na Europa, são normalmente explicadas em termos das forças políticas idiossincráticas de cada nação. Pelo contrário, temos vindo a descrever um padrão que representa um desenvolvimento geral das democracias industriais avançadas, padrão esse que se tornou mais forte e mais aparente desde o momento em que foi pela primeira vez detectado. Os sistemas partidários democráticos «imobilizados» outrora observados por Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967) converteram-se em meios políticos mais fluidos, onde se formam novos partidos e a mudança eleitoral aumenta com o tempo.

COMPORTAMENTO A NÍVEL INDIVIDUAL

As estatísticas eleitorais colectivas são-nos particularmente úteis para traçar os contornos amplos da mudança eleitoral, já que estão disponíveis em séries temporais para todas as nações aqui analisadas. Subjacentes a estas estatísticas colectivas, contudo, as transferências *ilíquidas* de eleitores entre os partidos podem ser muito mais elevadas do que a variação *líquida* das percentagens de votos dos partidos. As entrevistas aos próprios eleitores permitem medições mais precisas das mudanças de comportamento eleitoral. As séries de dados de sondagens de longo prazo são menos prevacentes do que as estatísticas eleitorais e não existem tendências comparáveis para todas as nações; contudo, existem dados mais do que suficientes para nos permitirem demonstrar as mudanças profundas no comportamento eleitoral de nível individual que se verificaram na maior parte das nações.

Os eleitores com identificação partidária chegam a cada eleição com predisposições estáveis que estruturam as suas percepções dos candidatos e das questões políticas em debate durante a campanha. Os *yellow dogs* democratas da política americana e os *Stamwähler* das eleições alemãs são exemplos que ilustram as habituais fidelidades dos eleitores com identificação partidária. As investigações demonstram normalmente que há maiores probabilidades de os membros partidários apoiarem o mesmo partido em eleições sucessivas. Assim, o enfraquecimento dos laços partidários deverá produzir um declínio concomitante da consistência partidária dos eleitores de eleição para eleição. O quadro n.º 2 apresenta as tendências de longo prazo para diferentes medidas de consistência de voto a nível individual a partir dos respectivos estudos eleitorais nacionais. A consistência de voto declarada em eleições adjacentes é indicada como «mudou entre eleições»; outras perguntas averiguam a disposição dos eleitores de votarem noutros partidos (por exemplo, «pensou em votar noutro partido»).

Se bem que o grau de mudança varie de nação para nação, a direcção da mudança é claramente uniforme. Verifica-se uma crescente tendência para os eleitores declararem que mudaram de voto entre eleições, especialmente nas nações onde o declínio das ligações partidárias é mais significativo. Na Suécia,

por exemplo, apenas 7% do eleitorado afirmaram ter mudado o voto entre as eleições de 1956 e 1960, mas a mudança de voto aumentou para 31% nas eleições de 1998 (Holmberg, 2001). Além disso, as questões ligadas às atitudes mostram que a disposição para mudar de voto entre as eleições aumentou em todas as nações para as quais existem séries temporais de dados disponíveis. Por exemplo, mesmo depois da agitação de finais dos anos 60 no sistema partidário holandês, apenas um quinto do eleitorado holandês afirmou, em 1971, votar por vezes em partidos diferentes; nas eleições de 1998, mais de dois terços do eleitorado declararam tal mudança de preferências.

Medidas de volatilidade baseadas em inquéritos

[QUADRO N.º 2]

Nação	Por ano	Período de mudança	(N pontos temporais)
Áustria:			
Eleitores que mudam	0,615	1979-1999	(7)
Eleitor flutuante	1,597	1979-1999	(4)
Grã-Bretanha:			
Mudaram entre eleições	0,114	1964-1997	(8)
Mudaram entre eleições (abstencionistas)	0,043	1964-1997	(8)
Pensaram em votar noutro partido	0,159	1964-1992	(8)
Dinamarca:			
Mudaram entre eleições	0,254	1971-1998	(7)
Finlândia:			
Consideraram um partido diferente	1,250	1983-1991	(3)
Alemanha:			
Mudaram entre eleições	0,318	1961-1998	(10)
Eleitores que mudaram (inquéritos do KAS)	0,764	1980-1996	(15)
Itália:			
Mudaram entre eleições	1,325	1972-1996	(5)
Holanda:			
Mudaram entre eleições	0,194	1971-1998	(9)
Por vezes votaram noutros partidos	1,319	1971-1998	(7)
Noruega:			
Mudaram entre eleições	0,616	1969-1993	(7)
Suécia:			
Mudaram entre eleições	0,519	1956-1998	(14)
Mudaram durante as eleições	0,321	1956-1998	(13)
Suíça:			
Mudaram entre eleições	0,464	1971-1995	(4)
Estados Unidos:			
Mudaram entre eleições	0,229	1952-1996	(11)
Votariam num partido diferente	0,731	1952-1996	(8)

Fonte: Estudos eleitorais nacionais respectivos, excepto EUA em 1996 (Roper Poll). A mudança por ano é calculada mediante um coeficiente de regressão não standardizado.

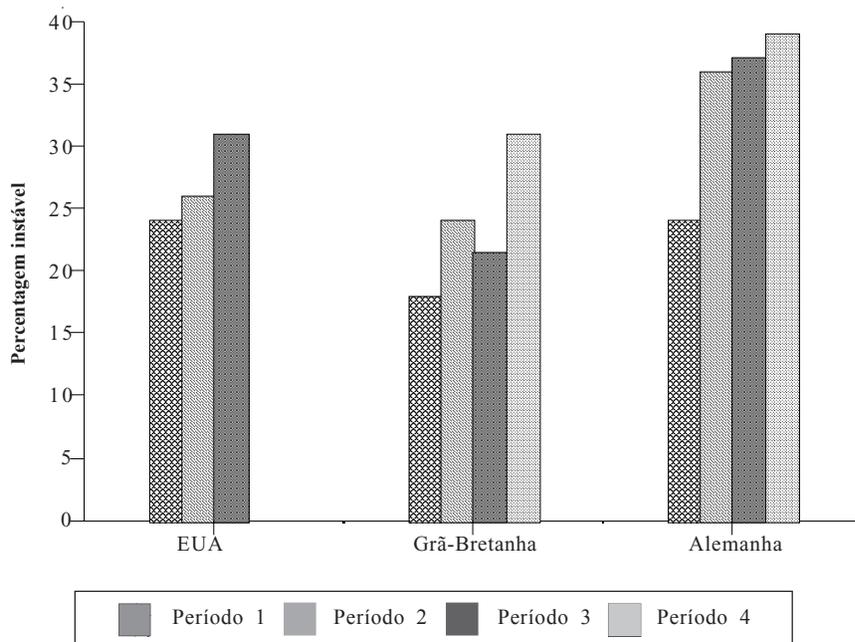
Alguns investigadores fizeram notar as limitações do tipo de dados utilizados no quadro n.º 2 para medir o voto em eleições adjacentes (Niemi, Katz

e Newman, 1980)¹⁰. Os entrevistados revelam uma tendência para uma excessiva consistência na descrição dos seus padrões de voto passados e futuros tanto por razões conscientes como inconscientes. Assim, as medições de consistência com base no voto recordado produzem, provavelmente, uma subestimativa do verdadeiro grau de mudança partidária. Contudo, este problema de medição deverá ser relativamente constante ao longo do tempo, pelo que não deverá criar os efeitos sistemáticos observados nas nossas tendências temporais.

Os indícios de crescente volatilidade partidária são reforçados por um exame dos estudos de painel que traçam a verdadeira consistência do partidarismo ao longo do tempo. A figura n.º 2 resume os resultados destas

Instabilidade do partidarismo (estudos de painel)

[FIGURA N.º 2]



Fonte: Estudos eleitorais nacionais respectivos. As entradas da figura representam a percentagem daqueles que mudaram de partido entre as vagas do painel. Estados Unidos: período 1 – 1956-1960; período 2 – 1972-1976; período 3 – 1992-1996 (a utilização de painéis de dois anos produziu resultados similares); Grã-Bretanha: período 1 – 1964-1966; período 2 – 1966-1970; período 3 – 1974-1979; período 4 – 1983-1987; os dados para a Alemanha provêm dos painéis pré e pós-eleitorais: período 1 – painel de 1972; período 2 – painel de 1983; período 3 – painel de 1987; período 4 – painel de 1990.

¹⁰ A regressão linear simples mostra uma tendência positiva ao longo do tempo e o R^2 (0,245) está próximo do valor do modelo curvilíneo apresentado na figura n.º 2.

comparações de painel para os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha¹¹. A identificação partidária deverá ser, por definição, uma orientação política relativamente estável, o que é evidente no número relativamente reduzido de indivíduos que mudam de identificação partidária entre eleições adjacentes. Ao mesmo tempo, o número destes eleitores está a aumentar lentamente. Por exemplo, na Grã-Bretanha, entre as eleições de 1964 e 1966, apenas 18% dos entrevistados mudaram a sua ligação partidária, mas entre as eleições de 1992 e 1997 esta percentagem era já de 31%.

Os indícios de desalinhamento partidário emergem também de outros aspectos das opções dos eleitores. Nas nações onde pudemos identificar ao longo do tempo a ocorrência do voto dividido há hoje mais probabilidades de os eleitores dividirem os seus votos entre diferentes partidos. Nos Estados Unidos, na década de 60, menos de um sexto dos eleitores dividia o seu voto entre um candidato presidencial de um partido e um candidato congressional de outro. Nos anos 90, o número desses eleitores oscila para entre um quarto e um terço do eleitorado. Similarmente, até finais dos anos 70, menos de 10% dos eleitores alemães dividiam os seus primeiro e segundo votos¹². Em 1998, 20% dos alemães ocidentais dividiram os seus dois votos entre diferentes partidos. Na Suécia verificam-se padrões similares de um crescente voto dividido (bem como na Austrália: v. Dalton e Wattenberg, 2000, p. 47).

Encontramos geralmente uma medida adicional de comportamento eleitoral relevante nos estudos eleitorais nacionais: o *timing* da decisão de voto de cada eleitor. Os eleitores com identidades partidárias chegam às campanhas eleitorais com disposições partidárias estabelecidas; as campanhas funcionam de modo a mobilizarem esses laços partidários. O desalinhamento partidário implica que um menor número de eleitores inicia o ciclo eleitoral com tal predisposição, o que os torna mais susceptíveis às polémicas e temas de curto prazo da campanha. A estar correcta esta afirmação, um número inferior de eleitores afirmará ter decidido em quem votar antes da campanha

¹¹ Não devem comparar-se níveis absolutos entre nações porque se trata de períodos de tempo diferentes em cada caso. Por exemplo, os inquéritos americanos cobrem normalmente dois anos; os painéis alemães são inquéritos pós-eleitorais que duram uns meses. Nós concentramo-nos em comparações entre painéis de duração relativamente igual em cada país. Fazemos isto porque existe uma tendência para a identificação partidária diminuir ao longo de largos períodos de tempo, presumivelmente porque mais factores exógenos podem mudar as preferências partidárias. Assim, um painel que durasse quatro anos mostraria maior mudança partidária do que um que durasse dois anos, *ceteris paribus*.

¹² Uma característica das estatísticas alemãs é que são baseadas numa amostra considerável de boletins de voto reais analisados pela comissão de eleições e não através de resultados de inquéritos à opinião pública. Infelizmente, esta prática terminou em 1990 devido a preocupações em relação à confidencialidade do voto. Schoen (2000) alargou esta série de dados utilizando outros dados.

eleitoral e um número superior afirmará ter tomado a sua decisão eleitoral durante a campanha ou mesmo no próprio dia das eleições.

O quadro n.º 3 testa as nossas expectativas quanto às mudanças de *timing* das decisões eleitorais. O formato específico da pergunta varia de nação para nação, mas o padrão global é inequívoco. Estes eleitorados apresentam um padrão consistente de adiamento da opção de voto para uma fase avançada da campanha eleitoral. Por exemplo, na Suécia, em 1964, 18% dos eleitores afirmaram ter tomado a sua decisão de voto durante a campanha eleitoral; em 1998, o número de decisores tardios tinha aumentado para 57%. Algumas eleições podem ser caracterizadas por circunstâncias específicas que condicionam a indecisão dos eleitores, como mudanças de líderes partidários entre eleições ou as questões políticas em debate durante a campanha. Porém, mesmo tomando em consideração tais idiosincrasias, a tendência geral é clara: há menos probabilidades de os eleitores contemporâneos chegarem ao período eleitoral com predisposições partidárias fixas.

Decisão eleitoral tardia

[QUADRO N.º 3]

Nação	Por ano	Período de mudança	(N pontos temporais)
Áustria:			
Decisão tomada pouco antes das eleições	0,650	1979-1999	(7)
Grã-Bretanha:			
Durante as eleições	0,450	1964-1997	(9)
Dinamarca:			
Durante as eleições	-0,035	1971-1994	(11)
Finlândia:			
Nos últimos dias	1,125	1983-1991	(3)
Alemanha:			
Nas últimas semanas	0,281	1965-1994	(7)
Holanda:			
Durante as eleições	0,953	1970-1998	(9)
Nos últimos dias	0,636	1971-1998	(8)
Noruega:			
Durante as eleições	0,897	1957-1993	(7)
Suécia:			
Durante a campanha	1,097	1964-1998	(12)
Suíça:			
Pouco antes das eleições.	0,496	1971-1995	(6)
Estados Unidos:			
Nas últimas semanas	0,205	1952-2000	(13)

Fonte: Estudos eleitorais nacionais respectivos. A mudança por ano é calculada mediante um coeficiente de regressão não standardizado.

Em suma, os dados apresentados nesta secção ilustram as manifestações comportamentais do declínio da identificação partidária. A força da estabi-

lização e conservação das ligações partidárias tem vindo a diminuir de um modo geral nas democracias industriais avançadas, resultando em consequências reais e aparentes para a política eleitoral e os padrões de controlo partidário.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Outra consequência importante do partidarismo é a mobilização dos cidadãos para participarem no processo eleitoral. Quando E. E. Schattschneider (1942, p. 1) escreveu que «os partidos políticos criaram a democracia», estava principalmente a referir-se ao papel histórico dos mesmos na expansão da participação dos cidadãos. Na era anterior ao desenvolvimento dos partidos, o voto era, tipicamente, uma prerrogativa de uma pequena percentagem da população. Os partidos políticos lutaram pela expansão do sufrágio e animaram os novos recenseados a exercerem o seu direito de voto. Em contrapartida, ao longo da história, sempre que os partidos se mostraram incapazes de desempenharem as suas funções, verificou-se um declínio da participação eleitoral. Em suma, o estado dos partidos políticos, e do sistema partidário em geral, desempenhou um papel crucial na saga da participação eleitoral nos países industrializados avançados do Ocidente.

O quadro n.º 4 compara a participação média da população em idade de voto nas duas primeiras eleições dos anos 60 com a participação eleitoral nas duas eleições mais recentes em 16 democracias estabelecidas e membros da OCDE que, presentemente, não têm regime de voto obrigatório. Com excepção dos Estados Unidos, as percentagens de participação apresentadas são relativas às eleições para a câmara baixa do parlamento nacional, já que são estas que decidem normalmente quem formará governo. O eleitorado americano está certamente convencido de que as eleições presidenciais são mais importantes, como é demonstrado pelas mais elevadas taxas de participação nestas eleições. Assim, faz-se uma excepção à regra geral para os Estados Unidos mediante a incorporação da participação nas eleições presidenciais. Seria possível defender um argumento similar nos casos de sistema semipresidencial da França e da Finlândia. Contudo, os cidadãos franceses só puderam votar directamente para a presidência a partir de 1965 e na Finlândia as eleições presidenciais directas só começaram em 1994.

Os resultados apoiam solidamente a conclusão da diminuição da participação eleitoral nas democracias estabelecidas. Em todos os 16 países aqui analisados, os valores recentes da participação são inferiores aos do início da década de 60. É raro encontrar uma tendência tão amplamente generalizável no campo da política comparada. A partir dos anos 60, a mudança média da participação eleitoral tem correspondido a um declínio de 13,2%. Para podermos avaliar adequadamente este declínio há que ter em conta que estas

democracias apresentam actualmente um eleitorado total de 581 milhões de pessoas. Para que as actuais taxas de participação eleitoral fossem idênticas às da década de 50, mais 52 milhões de pessoas teriam de ter votado — um número que excede toda a população em idade de voto do Reino Unido.

Mudanças de participação nas democracias estabelecidas e membros da OCDE sem regime de voto obrigatório em anos recentes

[QUADRO N.º 4]

	Primeiras duas eleições dos anos 60	Duas eleições mais recentes*	Percentagem de mudança
Suíça	53,4	35,3	-33,9
Canadá	74,2	54,8	-26,2
Estados Unidos	62,4	50,1	-19,7
Holanda	90,1	72,7	-19,3
Finlândia	85,3	69,3	-18,8
Reino Unido	74,5	62,4	-16,2
Áustria	90,1	75,7	-16,0
Japão	70,0	61,2	-12,6
Alemanha	83,9	73,8	-12,0
França	66,0	60,6	-8,2
Nova Zelândia	83,3	77,1	-7,4
Noruega	81,4	75,7	-7,0
Itália	94,2	89,1	-5,4
Dinamarca	85,4	82,4	-3,5
Irlanda	72,7	70,2	-3,4
Suécia	81,9	80,7	-1,5

Notas: As taxas de participação são calculadas com base na percentagem da população em idade de voto. Com excepção dos Estados Unidos, onde são utilizadas as eleições presidenciais, todas as eleições são relativas à câmara baixa da legislatura.

A Holanda promulgou o voto obrigatório nos anos 60, mas aboliu este regime depois das eleições de 1967. A Itália tem há muito vigente uma lei do voto obrigatório, mas não tem sido executada. Para mais informações sobre o regime do voto obrigatório em todo o mundo, v. http://www.idea.int/voter_turnout/Compulsory_Voting.htm.

* Relativamente a Junho de 2001.

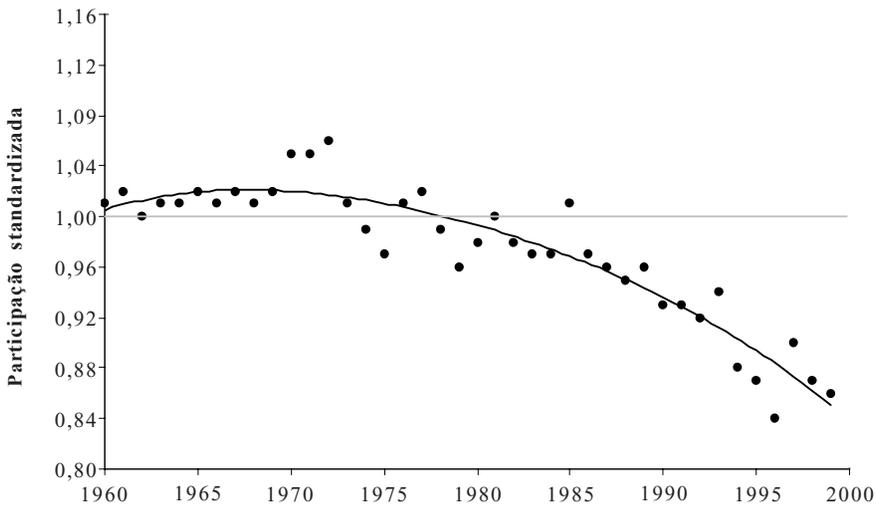
Por que razão uma tendência tão generalizada em todo o mundo escapou em grande medida à análise se o problema da participação eleitoral na América tem recebido tanta atenção académica desde há décadas? A resposta prende-se com o facto de que o declínio da participação nas democracias estabelecidas europeias constitui um fenómeno relativamente recente. Para podermos demonstrá-lo adequadamente combinámos os dados standardizados destes 16 países e registámos as mudanças de ano para ano. Para cada país, a participação média nas duas primeiras eleições dos anos 50 funciona como linha de base a partir da qual se standardizam todos os subsequentes valores da participação. Por exemplo, se em 1952 e 1956 a participação regista uma média de 70%, descendo depois para

63% nos anos 60, a participação standardizada para 1960 será de 0,90. De modo a arredondar as tendências, calculámos uma média móvel de três anos; assim, os casos de 1960 representam, na realidade, a média de todos os valores da participação standardizada entre 1959 e 1961.

A figura n.º 3 demonstra que, se alguma tendência existiu ao nível da participação eleitoral mundial entre 1960 e 1972, foi de sentido ascendente, como seria de esperar, tendo em conta as mudanças demográficas anteriormente referidas. Só em finais dos anos 80 pode observar-se um declínio claro da participação eleitoral nestes países, tomados no seu conjunto. Em 1989, a média móvel tinha caído apenas uma vez para o valor mínimo de 0,95. Depois de 1989, a participação standardizada tem apresentado consistentemente um nível inferior a 0,95, caindo em 1996 para um mínimo recorde de 0,84. Por outras palavras, nestes países, a participação eleitoral manteve mais ou menos os mesmos valores entre os anos 50 e a década de 80; o rápido declínio da participação eleitoral é, pois, um fenómeno dos anos 90.

**Declínio da participação eleitoral em países membros da OCDE
sem voto obrigatório em anos recentes**

[FIGURA N.º 3]



Nota: As entradas representam uma média móvel de três anos dos valores da participação standardizada, servindo a participação média nas duas primeiras eleições dos anos 50 de linha de base para cada país.

da idade de voto na maior parte das democracias estabelecidas pode explicar grande parte deste declínio, já que confere o direito de voto a eleitores jovens, que são, tipicamente, os que apresentam menos probabilidades de o exercerem. Contudo, na maior parte dos países a ocorrência de um declínio substancial da participação eleitoral verifica-se depois desta diminuição da idade de voto. Similarmente, o aumento da imigração pode ter reduzido a participação baseada nos censos ao acrescentar um maior número de «não cidadãos» (os quais, tipicamente, não têm direito de voto) ao denominador. Contudo, o súbito declínio da participação eleitoral nas democracias estabelecidas é claramente incompatível com tal explicação.

Uma vez que o declínio da participação eleitoral nas democracias estabelecidas é um fenómeno relativamente recente, o facto de estarmos perante uma tendência de longo prazo ou uma mera aberração momentânea continua a ser matéria de especulação. É possível que as taxas de participação voltem a aumentar à medida que se institucionalizam novos partidos e novos padrões de competição. Por outro lado, se o declínio da participação se deve de facto a mudanças relacionadas com a natureza dos partidos políticos, é de esperar que o actual declínio das taxas de voto se mantenha ou mesmo se agrave.

Tratando-se de organizações individuais que procuram cargos públicos, há, infelizmente, poucas razões para que os partidos se preocupem com os baixos níveis de participação. Na verdade, para um partido é mais eficaz conquistar um cargo com menos votos. Seria equivalente a que a General Motors realizasse o mesmo dinheiro vendendo menos carros.

Todavia, para o sistema partidário no seu conjunto, a queda da participação é negativa, tal como seria negativa para os fabricantes de automóveis uma queda nas vendas globais de automóveis. No mundo político, os líderes partidários são o equivalente funcional dos presidentes das grandes empresas, os deputados funcionam como gestores e os membros partidários desempenham um papel essencialmente similar ao dos trabalhadores das linhas de montagem. No outro lado da questão da oferta e da procura, os eleitores com identificação partidária são uma espécie de clientes fiéis e aqueles que exercem o seu direito de voto representam a base de consumo total do produto. Se os presidentes, gestores e operários das empresas que fabricam automóveis trabalhassem de modo mais eficiente, mas, não obstante, vendessem menos carros, os analistas da indústria teriam certamente de concluir que o negócio atravessava um período de sérias dificuldades. O declínio da participação eleitoral indica que há um menor mercado para o produto dos partidos e que os sistemas partidários de todo o mundo industrializado avançado enfrentam tempos difíceis.

CONCLUSÃO

Tal como Schattschneider defendeu que os partidos eram essenciais para o processo democrático, a pesquisa eleitoral defendeu que o partidarismo é

essencial para o público. O partidarismo, ou os sentimentos de identificação partidária, proporciona um quadro de referência para a avaliação e interpretação da informação política; o partidarismo orienta a tomada de decisões políticas e estimula o envolvimento do público com as instituições e processos da democracia representativa.

Os dados demonstrativos cumulativos das nossas análises sugerem que o desalinhamento está a enfraquecer os laços partidários dos públicos contemporâneos, e isto tem efeitos correspondentes sobre os padrões de comportamento político. Reconhecemos que as tendências partidárias raramente são lineares e que campanhas específicas podem acentuar ou atenuar sentimentos de identificação partidária. Similarmente, uma eleição específica pode estimular o interesse político ou reduzir a atenção que o público dedica à campanha eleitoral. Tais forças eleitorais de curto prazo podem também produzir padrões de volatilidade específicos a cada eleição. Tendo em conta estes caprichos da política eleitoral, as tendências eleitorais de longo prazo descritas na análise anterior são ainda mais notáveis. Os efeitos singulares de eleições específicas parecem representar variações em tendências de longo prazo que estão a transformar de modo sistemático o comportamento eleitoral. Além disso, de uma forma geral, os dados demonstrativos que sustentam tais tendências revelam-se ainda mais fortes quando expandimos as análises de modo a incluirmos outras democracias industriais avançadas da América do Norte e do Pacífico (Dalton e Wattenberg, 2000).

Actualmente, um maior número de eleitores chega às eleições sem predisposições partidárias fixas. Mesmo que sejam leais a um partido, tais lealdades são menos pronunciadas; nos nossos dias, um maior número de eleitores toma as suas decisões eleitorais com base nos candidatos e nas questões políticas em debate durante as campanhas. Consequentemente, a volatilidade eleitoral está a aumentar. Em grande medida, como demonstrado no caso das clivagens de voto de base grupal (Franklin *et al.*, 1992), tem-se verificado uma passagem de factores de longo prazo da escolha eleitoral para influências eleitorais de curto prazo. Além disso, os cidadãos revelam actualmente uma menor propensão para participarem nas eleições.

As implicações das nossas descobertas para o processo democrático permanecem pouco claras. Milhões de eleitores continuam a votar, ainda que já não se apoiem nas mensagens dos partidos ou no partidarismo aprendido durante a infância como anteriormente. Por um lado, isto poderá encorajar o público a julgar os candidatos e os partidos com base nas suas políticas e actuação governativa — o que produzirá um público deliberativo que se aproxima mais do ideal democrático clássico. Por outro lado, a ausência de lealdades partidárias há muito estabelecidas pode também tornar os eleitorados mais vulneráveis à manipulação e aos apelos demagógicos (Holmberg, 1994, pp. 113-14). Muitos indivíduos poderão considerar as campanhas

esclarecedoras, mas é também possível que acontecimentos de segunda importância possam obscurecer temporariamente o debate político sério. A preocupação com «a orelha de Jennifer» nas eleições britânicas de 1992 ou as maquinações de Perot nas eleições presidenciais americanas de 1992 são exemplos recentes de temas supérfluos que obscureceram, pelo menos temporariamente, o debate sério sobre o futuro da nação. A atracção de líderes carismáticos, incluindo políticos demagógicos, como Haider e LePen, poderá ser outra das consequências do desalinhamento político. O desalinhamento partidário tem potencial para produzir consequências, quer positivas, quer negativas, para a política eleitoral, dependendo do modo como os sistemas partidários e os eleitores reagem neste novo contexto.

O desalinhamento afasta também alguns cidadãos da actividade partidária, como a participação nas eleições. Ao passo que no passado os partidos mobilizavam os «seus» eleitores para participarem nas eleições e exercerem o seu direito de voto, estas ligações a um partido preferido são hoje mais fracas. Rosenstone e Hansen (1993) defenderam que à medida que os partidos se afastam de actividades directas de contacto pessoal, como a campanha porta a porta e os comícios, e se aproximam de uma campanha centrada nos meios de comunicação de massas, diminuem as oportunidades de envolvimento dos cidadãos individuais em actividades partidárias e outras iniciativas de campanha. Este padrão está em expansão na maior parte das democracias industriais avançadas (Farrell e Webb, 2000), pelo que a conclusão de Rosenstone e Hansen pode aplicar-se, de um modo geral, a outras democracias. À medida que o público abandona os partidos, estes deixam de depender do público, em geral, para desempenharem algumas das suas funções-chave.

Uma possível implicação do declínio da participação nas campanhas eleitorais é a mudança do envolvimento político global, que procura outras formas de acção política. Embora as eleições tenham sido no passado o eixo fundamental da actividade política, defende-se actualmente com frequência que as eleições estão a ser substituídas por formas de participação não convencionais, tais como petições, protestos e manifestações (Jennings e van Deth, 1989). Estas novas formas de participação emergiram em resultado de mudanças de valores entre os jovens, da ascensão de novos movimentos sociais e de novas preocupações e questões políticas e da crescente mobilização cognitiva dos eleitorados das sociedades industrializadas avançadas (Dalton, 2001; Inglehart, 1990). De facto, há inúmeros sinais de que a incidência de formas não convencionais de protesto político aumentou entre os eleitorados de muitas democracias estabelecidas (Inglehart, 1997, pp. 312-315).

Uma das questões mais interessantes da teoria e prática democráticas contemporâneas é o modo como os partidos políticos estabelecidos e os processos da democracia representativa irão responder a estes desenvolvi-

mentos. Há dados demonstrativos claros de que os líderes e agentes partidários estão cientes destes desenvolvimentos; de facto, muitas das suas acções contribuíram para estas tendências, como, por exemplo, o novo estilo das campanhas eleitorais. Por outro lado, os partidos têm procurado desvincular-se destas tendências mediante o desenvolvimento de partidos de cartel (Katz e Mair, 1995). Contudo, mais do que a resistir, os partidos parecem estar a adaptar-se a estas tendências.

As perspectivas futuras destas tendências para as democracias contemporâneas são incertas, dependendo em parte da resposta dos partidos políticos e dos outros elementos do sistema democrático (Dalton e Wattenberg, 2000, cap. 12). No entanto, é evidente que tais tendências estão a modificar a política democrática de um modo jamais previsto por Schattschneider e pelos primeiros investigadores do campo eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, Kendall, DALTON, Russell, e HILDEBRANDT, Kai (1981), *Germany Transformed: Political Culture and the New Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- BARTOLINI, Stefano, e MAIR, Peter (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BORRE, Ole, e ANDERSEN, Jorgen Goul (1997), *Voting and Political Attitudes in Denmark*, Aarhus, Aarhus University Press.
- CAMPBELL, Angus, *et al.* (1960), *The American Voter*, Nova Iorque, Wiley.
- COLEMAN, John (1996), «Resurgent or just busy? Party organization in contemporary America», in Shea e Green (eds.), *The State of Parties*, 2.^a ed., Lanham, MD, Rowman and Littlefield.
- CONVERSE, Philip (1976), *The Dynamics of Party Support: Cohort-Analyzing Party Identification*, Beverly Hills, Sage Publications.
- CONVERSE, Philip, e DUPUËX, Georges (1962), «Politization of the electorate in France and the United States», in *Public Opinion Quarterly*, 26, pp. 1-23.
- CREWE, Ivor, e DENVER, D. (eds.) (1985), *Electoral Change in Western Democracies*, Londres, Croom Helm.
- CREWE, Ivor, e KING, Anthony (1995), *SDP: The Birth, Life and Death of the Social Democratic Party*, Oxford, Oxford University Press.
- CREWE, Ivor, e THOMPSON, Katarina (1999), «Party loyalties: dealignment or realignment», in Geoffrey Evans e Pippa Norris (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- CURTICE, John, e JOWELL, Roger (1995), «The skeptical electorate», in R. Jowell *et al.*, *British Social Attitudes — The 12th Report*, Brookfield, VT, Dartmouth.
- DALTON, Russell (1984), «Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies», in *Journal of Politics*, 46, pp. 264-284.
- DALTON, Russell (2001), *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, 3.^a ed., Chatham House, NJ, Chatham House Publishers.
- DALTON, Russell, FLANAGAN, Scott, e BECK, Paul (eds.) (1984), *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies*, Princeton, Princeton University Press.
- DALTON, Russell, e ROHRSCHEIDER, Robert (1990), in Max Kaase e Hans-Dieter Klingemann (eds.), *Wahlen und politischer Prozess*, Opladen, Westdeutscher Verlag.

- DALTON, Russell, e WATTENBERG, Martin (eds.) (2000), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- FARRELL, David, e WEBB, Paul (2000), «Political parties as campaign organizations», in Russel Dalton e Martin Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- FRANKLIN, Mark, et al. (1992), *Electoral Change*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAEGEL, Florence (1993), «Partisan ties», in Daniel Boy e Nonna Mayer (eds.), *The French Voter Decides*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- HOLMBERG, Sören (1994), «Party identification compared across the Atlantic», in M. Kent Jennings e Thomas Mann (eds.), *Elections at Home and Abroad*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- HOLMBERG, Sören (2001), *Swedish Voting Behaviour*, Universidade de Gotemburgo, Swedish Elections Studies Program.
- INGLEHART, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press.
- IPOS (1995), *Einstellung zur Aktuelle Frage*, Mannheim, Alemanha, IPOS.
- JENNINGS, M. Kent, e VAN DETH, Jan (eds.) (1989), *Continuities in Political Action*, Berlim, DeGruyter.
- KATZ, Richard (1985), «Measuring party identification with Eurobarometer data: a warning note», in *West European Politics*, 8, pp. 104-108.
- KATZ, Richard, e MAIR, Peter (1995), «Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party», in *Party Politics*, 1, pp. 5-28.
- KEITH, Bruce, et al. (1992), *The Myth of the Independent Voter*, Berkeley, University of California Press.
- LIPSET, Seymour Martin, e ROKKAN, Stein (eds.) (1967), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque, Free Press.
- LONGCHAMP, Claude (1991), «Politisch-kultureller Wandel in der Schweiz», in Fritz Plasser e Peter Ulram (eds.), *Staatsbürger oder Untertanen? Politische Kultur Deutschlands, Österreichs und der Schweiz im Vergleich*, Frankfurt, Lang.
- MAIR, Peter (1993), «Myths of electoral change and the survival of traditional parties», in *European Journal of Political Research*, 24, pp. 121-133.
- MAIR, Peter (1997), *Party System Change*, Oxford, Clarendon Press.
- MCALLISTER, Ian (1996), «Leaders», in Lawrence Le Duc, Richard Niemi e Pippa Norris (eds.), *Comparing Democracies*, Thousand Oaks, CA, Sage.
- MILLER, Arthur, e LISTHAUG, Ola (1990), «Political parties and confidence in government», in *British Journal of Political Science*, 29, pp. 357-386.
- MILLER, Warren (1976), «The cross-national use of party identification as a stimulus to political inquiry», in Ian Budge, Ivor Crewe e Dennis Farlie (eds.), *Party Identification and Beyond*, Nova Iorque, Wiley.
- MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand, e PRIDHAM, Geoffrey (1991), *Small Parties in Western Europe*, Newbury Park, CA, Sage Publications.
- NABHOLZ, Ruth (1998), «Das Wählerverhalten in der Schweiz: Stabilität oder Wandel? Eine Trendanalyse von 1971-1995», in Hanspeter Kriesi, Wolf Linder e Ulrich Kloeti (eds.), *Schweizer Wahlen 1995*, Berna, Haupt.
- NIE, Norman, VERBA, Sidney, e PETROCIK, John (1979), *The Changing American Voter*, Chicago, University of Chicago Press.
- NIEMI, Richard, KATZ, Richard, e NEWMAN, David (1980), «Reconstructing past partisanship», in *American Journal of Political Science*, 44, pp. 633-651.
- PEDERSEN, Mogens (1979), «The dynamics of European party systems», in *European Journal of Political Research*, 7, pp. 1-26.

- PIERCE, Roy (1995), *Choosing the Chief: Presidential Elections in France and the United States*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- PLASSER, Fritz, e ULRAM, Peter (eds.) (1996), *Staatsbürger oder Untertanen? Politische Kultur Deutschlands, Österreichs und der Schweiz im Vergleich*, Frankfurt, Lang.
- PLASSER, Fritz, ULRAM, Peter, e OGRIS, Günther (eds.) (1996), *Wahlkampf und Wählerentscheidung: Analysen zur Nationalratswahl 1995*, Viena, Signum.
- POGUNTKE, Thomas (1996), «Anti-party sentiment: conceptual thoughts and empirical evidence: explorations into a minefield», in *European Journal of Political Research*, 29, pp. 319-344.
- RIEGER, Günther (1994), «'Parteienverdrossenheit' und 'Parteienkritik' in der Bundesrepublik Deutschland», in *Zeitschrift für Parlamentsfragen*, 25, pp. 459-471.
- ROSENSTONE, Steven, e HANSEN, John (1993), *Mobilization, Participation and Democracy in America*, Nova Iorque, MacMillan.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. (1942), *Party Government*, Nova Iorque, Rinehart.
- SCHMITT, Hermann (1989), «On party attachment in western Europe and the utility of the Eurobarometer data», in *West European Politics*, 12, pp. 122-139.
- SCHMITT, Hermann, e HOLMBERG, Sören (1995), «Political parties in decline?», in Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press.
- SCHOEN, Harald (2000), «Stimmensplitting bei Bundestagswahlen», in Markus Klein et al., *50 Jahre empirische Wahlforschung in Deutschland*, Opladen, Westdeutscher Verlag.
- SHIVELEY, W. Philips (1979), «The development of party identification among adults», in *American Political Science Review*, 73, pp. 1039-1054.
- STRÖM, Kaare, e SVASAND, Lars (eds.) (1997), *Challenges to Political Parties: The Case of Norway*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- WATTENBERG, Martin (1991), *The Rise of Candidate-Centered Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- WATTENBERG, Martin (1998), *The Decline of American Political Parties, 1952-1996*, Cambridge, Harvard University Press.
- WATTENBERG, Martin (no prelo), *Where Have All the Voters Gone?*, Cambridge, Harvard University Press.
- WEBB, Paul (1996), «Antipartisanship and anti-party sentiment in UK: correlates and constraints», in *European Journal of Political Research*, 29, pp. 365-382.
- ZELLE, Carsten (1995), «Social dealignment vs. political frustration: contrasting explanations of the floating vote in Germany», in *European Journal of Political Research*, 27, pp. 319-345.

Traduzido por Rui Cabral